

Concessionária ViaRio S.A.

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2020 e 2019 e
relatório dos auditores
independentes sobre as
demonstrações financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balancos patrimoniais	16
Demonstrações do resultado	17
Demonstrações do resultado abrangente	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras	21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio” ou “Companhia” ou “Concessionária”), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

Contrato de Concessão

A Companhia foi criada em 20 de abril de 2012 quando da assinatura do Contrato de Concessão com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (“PCRJ” ou “Poder Concedente”). Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias no trecho de 13 km da Via Expressa Corredor Presidente Tancredo Neves (“Ligação Transolímpica” ou “Via”), ligando a Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, sendo remunerada através da cobrança de pedágio. O prazo da Concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ou seja, 26 de abril de 2047.

Para a execução das obras e serviços necessários à implantação da Ligação Transolímpica, foi previsto no Contrato de Concessão repasse de recursos financeiros pelo Poder Concedente à Companhia (“Subsídio”), autorizado por lei municipal.

Perfil da Concessionária

A Companhia é uma via urbana expressa com extensão total de 13 km, dos quais aproximadamente 1,6 km em túneis, e com 38 pontes e viadutos, além de praças de pedágio, sendo uma no seu eixo principal e outras duas nas alças de acesso e saída da Estrada do Rio Grande.

A Via é composta por três faixas de rolamento em cada sentido, duas faixas de rolamento para automóveis, motos, ônibus e caminhões e uma terceira faixa exclusiva para o sistema BRT (Transporte Rápido por Ônibus – na sigla em inglês). A operação dos BRTs (isento de cobrança de pedágio) e administração das estações é de total responsabilidade das empresas de ônibus, sendo responsabilidade da Companhia apenas a manutenção das pistas para a passagem dos BRTs e o socorro médico e mecânico.

A Companhia é operada a partir de um prédio, localizado na Estrada do Catonho, onde funciona sua estrutura corporativa e o Centro de Controle Operacional (CCO), garantindo mais segurança aos seus usuários.

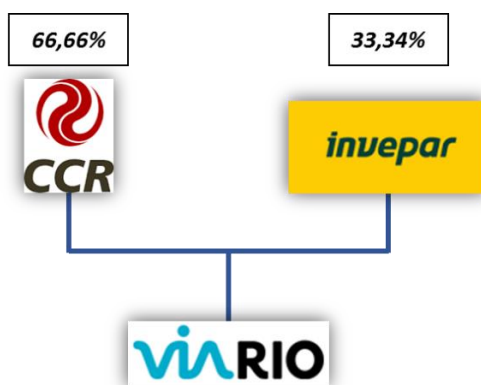
O início da operação comercial da Companhia foi em 29 de agosto de 2016.

No dia 15 de fevereiro de 2018, a Companhia iniciou a cobrança do pedágio nas cabines das alças de acesso na Estrada do Rio Grande, em Boiuna, Jacarepaguá.

Os moradores da região que residem dentro de um raio de 2 km da praça de pedágio são isentos do pagamento do pedágio da Estrada do Rio Grande. Para se obter o benefício, é preciso a realização do cadastramento no site www.viario.com.br.

Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2020, a composição acionária da Companhia era a seguinte:



1.3. Destaques

Comunicação: Realização da campanha “Espalhe Amor”, com foco nas mudanças de vida e em atitudes positivas para a manutenção da saúde física e mental dos nossos colaboradores e usuários.

Engenharia: Foram executadas as obras de implantação de instrumentação em 5 estruturas de contenções, com objetivo de monitorar o comportamento geotécnico das estruturas, possibilitando avaliar com maior precisão o desempenho estrutural, funcional e de estabilidade.

Operação: Implantação do projeto de automação do túnel no qual consiste na implantação de sistema supervisorio para monitoramento e controle do acionamento remoto do sistema de jatos ventiladores, monitoramento de circuitos elétricos, sistema de nobreaks e de controle de combate a incêndio, possibilitando o acionamento automático dos jatos a partir das medições de concentração de gases no interior de túnel ou em caso de detecção de incêndio ativo, exibindo informações de status e permitindo a tomada de decisão nos sistemas de segurança do túnel pelos operadores de CCO.

Comercial: Em 2020, a Concessionária firmou parceria com duas empresas de meio de pagamento para estimular a venda de TAG para melhoria de fluidez na praça de pedágio através do fomento da pista automática. Dessa forma, as empresas divulgaram suas marcas em novos espaços publicitários da Via gerando receita acessória.

2. Estratégia de Gestão

2.1. Governança Corporativa

Estrutura do Conselho e Diretoria

O período de eleição tanto para os Conselheiros do Conselho de Administração quanto da diretoria é de 2 anos.

Membros do Conselho da Administração	Membros da Diretoria	
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	João Daniel Marques da Silva	Diretor Presidente
Roberto Penna Chaves Neto	Flavio da Costa Vaz	Diretor Adm. Financeiro
Marcus Vinicius Figur da Rosa		

Programa de *Compliance*

Em 2020, a Companhia atualizou o seu Código de Ética e Conduta (“Código”) e a Política de Integridade, que estabelecem diretrizes e parâmetros de conduta ética dos seus integrantes, bem como das relações da Companhia com agentes públicos, privados, fornecedores, concorrentes e com a sociedade como um todo. Todos os administradores, empregados, prestadores de serviços e fornecedores da Companhia possuem ciência dos termos do Código, que também pode ser acessado livremente no website da ViaRio.

Além disso, a Companhia mantém seus Canais de Denúncias, que consistem em uma linha de telefone (0800-741-0000) e um endereço eletrônico acessível através de ícone no website da ViaRio - www.canalconfidencial.com.br/viario. Todas as informações recebidas através dos canais de denúncia são captadas e geridas por empresa terceirizada especializada, garantindo-se o sigilo e a imparcialidade no tratamento das informações e, ainda, a opção do denunciante de permanecer anônimo.

2.2. Gestão de Pessoas

A quantidade de colaboradores próprios e terceirizados em 31 de dezembro de 2020 foi de 179.

Treinamentos

Com o objetivo de facilitar a integração dos novos colaboradores contratados, a Companhia possui o “Projeto Integração”, garantindo que o novo colaborador tenha conhecimento das Políticas, Diretrizes, Normas, Procedimentos, Código de Ética, Organograma e de outros Instrumentos Institucionais que contenham a Filosofia, as Crenças e os Valores da Companhia, bem como as Normas de Saúde Organizacional, Segurança do Trabalho, Comunicação e Sustentabilidade. No ano de 2020 foram realizadas 1.763 horas de treinamentos visando esta qualificação. Ainda em 2020 foram realizadas 803 horas de treinamentos técnicos voltados à capacitação nos sistemas operacionais e administrativos da Concessionária, totalizando 2.566 horas de treinamento.

Oportunidades Internas

A Companhia busca priorizar o recrutamento interno de colaboradores, desde que os mesmos preencham as exigências da nova função e como segunda opção, prioriza os candidatos residentes nas regiões de atuação da Companhia.

Jovem Aprendiz

Além de garantir o cumprimento das exigências legais, a Companhia considera importante dar a primeira oportunidade de trabalho aos jovens. Através do Programa “Jovem Aprendiz”, a Companhia contribui no desenvolvimento destes futuros profissionais, no aprendizado das atividades da Companhia, e os preparando para o mercado de trabalho, além de estimulá-los na continuidade de sua formação acadêmica.

Pessoas com deficiências (PCD)

Além de garantir o cumprimento das exigências legais, a Companhia considera importante quebrar barreiras e paradigmas realizando a inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Receita operacional

Faturamento (R\$ mil)	2020	2019	Δ (R\$)	Δ (%)
Receitas de pedágio	128.603	152.679	24.076	-16%
Receitas de construção (ICPC 01)	4.273	3.108	-1.165	37%
Receitas acessórias	827	673	-154	23%
Receita bruta	133.703	156.460	22.757	-15%
(-) Impostos sobre receitas	-11.256	-13.332	-2.076	-16%
(-) Devoluções e abatimentos	-294	-4	290	7250%
(-) Deduções das receitas brutas	-11.550	-13.336	-1.786	-13%
Receita líquida	122.153	143.124	20.971	-15%

O valor total de receita bruta no ano de 2020 foi de R\$ 133,7 milhões, sendo que R\$ 128,6 milhões são oriundos do faturamento de receitas de pedágio, uma variação negativa quando comparado aos R\$ 152,7 milhões do exercício de 2019. Justifica-se tal fato principalmente com o impacto causado pela pandemia do Coronavírus e o reajustamento da tarifa somente em dezembro. Em 2020 passaram pela praça de pedágio principal um total de 17,1 milhões de Veículo Equivalente Pedagiado (VEP).

3.2. Custos e despesas

Custos e Despesas (R\$ mil)	2020	2019	Δ (R\$)	Δ (%)
Serviços de terceiros	-15.503	-14.070	1.433	10%
Custo com Pessoal	-14.817	-14.300	517	4%
Materiais Equipamentos e Veículos	-2.060	-1.631	429	26%
Outros	-6.045	-6.087	-42	-1%
Total	-36.405	-34.069	2.337	7%

Ao final de 2020, os custos e despesas da Companhia totalizaram o montante de R\$ 38,3 milhões.

3.3. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2020	2019	Δ (R\$)	Δ (%)
Despesas Financeiras	-54.368	-81.277	-26.909	-33%
Juros sobre debêntures e financiamentos	-36.492	-56.958	-20.466	-36%
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	-17.480	-24.139	-6.659	-28%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-483	-330	153	46%
Capitalização de custo dos empréstimos	531	616	85	-14%
Outras despesas financeiras	-444	-466	-22	-5%
Receitas Financeiras	1.730	3.730	2.000	-54%
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.709	3.715	2.006	-54%
Juros e outras receitas financeiras	21	15	-6	40%
Resultado Financeiro Líquido	-52.638	-77.547	-24.909	-32%

A Companhia finalizou o exercício de 2020 com um resultado financeiro de R\$ 52,6 milhões negativos, resultado este por conta principalmente dos juros sobre debêntures e financiamentos.

Quando comparados ao exercício anterior, temos uma redução dos juros devido à diminuição do saldo devedor, queda do CDI e pagamento de um mútuo aos acionistas.

3.4. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida bruta da Companhia foi de R\$ 607 milhões, resultado do empréstimo de longo prazo captado pela Companhia com a 7ª emissão de debêntures no valor de R\$ 620 milhões em fevereiro de 2018. A expectativa da Companhia é quitar esta dívida com pagamentos de principal mais juros semestrais com recursos da geração de caixa, até o vencimento em fevereiro de 2028.

3.5. Investimentos

No ano de 2020 foram realizados R\$ 7,7 milhões em investimentos, destacando-se: obra de melhoria nos taludes e contenções ao longo da rodovia, implantação de instrumentação e, contenções, implantação da automação do túnel (controle de utilidades), melhoria nos dispositivos de drenagem e do pavimento flexível ao longo da rodovia.

3.6. Dividendos propostos

Aos acionistas, conforme artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, é distribuído a título de dividendos o lucro líquido de cada exercício, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias. Em 2020 não foi realizada distribuição de dividendos, dado que a Companhia obteve prejuízo no exercício.

4. Sustentabilidade

Pensando no bem-estar dos moradores do seu entorno e numa forma de minimizar os impactos gerados pela implantação da Via, a Companhia busca, por meio de parcerias com institutos, a realização de ações sociais como uma forma de integração. No ano de 2020 foram realizadas as seguintes ações:

Projeto Cinemão Solar: Tem como objetivo a educação oferecendo oficinas de formação no campo do audiovisual, a cultura com a própria difusão audiovisual e meio ambiente com o uso de energia solar para o sistema de projeção. Em 2020 foram realizadas exposições de filmes atendendo ao protocolo sanitário COVID-19 com o modelo Drive in e “cinema na Janela” em condomínios do programa Minha Casa Minha Vida localizados na Colônia Juliano Moreira, Curicica, e no pátio da sede da ViaRio no Jardim Sulacap.

Ações em contribuição a mitigação dos efeitos do isolamento social: O Instituto CCR distribuiu mil cestas de alimentos e cinco mil máscaras de tecido nas comunidades do entorno da Via Expressa.

Programa Caminhos para Cidadania: Educação no trânsito, cidadania e meio ambiente para alunos da rede pública de ensino. Em 2020 o projeto ocorreu totalmente em meio virtual com disponibilidade de atividades, LIVES e palestras on-line para toda comunidade escolar, devido restrições impostas pela pandemia do COVID-19.

Projeto Ilumina Zona Oeste: Tem como objetivo dar visibilidade a iniciativas culturais, sociais e vocações do território Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Foi realizado em formato virtual atendendo a protocolos sanitários da pandemia COVID-19 nos dias 06,07 e 08 de novembro com apresentação de oficinas, debates e apresentações artísticas. Foram alcançadas 5 mil pessoas.

Projeto Roda Gigante: Tem como objetivo dar acesso a crianças hospitalizadas e profissionais de saúde, atividade cultural cênica levando para o ambiente hospitalar intervenções artísticas que promovam a autonomia e protagonismo da criança, resgate da alegria, descontração, humanização das relações. O conteúdo da apresentação é sobre interface entre arte e saúde, educação em formatos diversos. Em 2020 foram disponibilizados material cultural nas mídias sociais do projeto e realizado uma apresentação no CAPSI Eliza Santa Roza, localizado na Colônia Juliano Moreira. Esta versão ocorreu com limitações das atividades presenciais conforme determina o protocolo sanitário COVID-19.

Projeto Bora Batucar - Projeto de Incentivo fiscal (ISS) conforme Lei de Incentivo à Cultura: Tem o objetivo de promover a inclusão social e empoderamento de adolescentes e jovens através da música, desenvolver o conhecimento teórico e prático de Percussão-Samba-Reggae junto aos participantes, buscando como resultado a formação de uma banda profissional. Devido às restrições impostas pela pandemia COVID-19, o projeto teve suas atividades presenciais interrompidas, mantendo apenas o acompanhamento social às famílias das crianças participantes do projeto com distribuição de cestas de alimentos e itens de higiene. Nos dois últimos meses de 2020 com a flexibilização do isolamento social, foram realizadas as oficinas de percussão na modalidade on-line e presencial com redução do número de participantes.

5. Outras informações relevantes

i. Reajuste anual tarifário

Em 14 de janeiro de 2020, a Concessionária ingressou com ação judicial com o objetivo de garantir o reajuste anual tarifário (variação do IPCA-e) previsto no contrato de concessão. Em razão do indeferimento da liminar a concessionária interpôs recurso de Agravo de Instrumento com pedido de liminar que também foi indeferido. Em dezembro de 2020 após a disponibilização do processo administrativo pela Prefeitura que não indicou qualquer divergência dos cálculos do reajuste a concessionária requereu novamente no processo judicial a concessão da tutela antecipada que foi deferida autorizando a nova tarifa de R\$ 7,80 que passou a ser praticada a partir de 20 de dezembro de 2020.

ii. CPI

A CPI Nº 1.486/2019 instaurada com finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades no contrato de concessão do município do Rio de Janeiro com a concessionária ViaRio S.A., e tendo como foco o esclarecimento acerca da instalação e cobrança de pedágio nas alças de acesso foi concluída com duas recomendações: 1. Sejam corrigidas as tarifas cobradas nas alças de acesso de forma proporcional com a distância percorrida pelos usuários. Caso seja tecnologicamente inviável, que seja proporcional em relação a distância total da Transolímpica. 2. Que seja aplicada a isenção do pagamento da tarifa aos veículos de passeio de residentes das vias para um raio de 4(quatro) quilômetros daquelas alças na Avenida Marechal Fontenelle e um par de alças na Estrada do Rio Grande. O relatório final foi publicado em 30.12.2020.

iii. Processos administrativos

No ano de 2020, a Companhia se tornou parte em 3 processos administrativos através de notificações recebidas da Secretaria de Transportes do Rio Janeiro, da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro e do Tribunal de Contas do Município. A Companhia está se defendendo em todos os processos. Para maiores detalhamentos do andamento dos mesmos, verificar nota explicativa nº 1.2 - Outras Informações relevantes, das Demonstrações Financeiras.

6. Considerações finais

6.1. Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

6.2. Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2021.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária ViaRio S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ViaRio S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as notas explicativas 2(h) e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia avaliou a existência de indicador de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e, utilizou o cálculo do valor em uso, para mensuração do valor recuperável.</p> <p>Para cálculo do valor em uso, utilizou-se o método de fluxo de caixa descontado com base em projeções econômico-financeiras, que é baseado no orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de desconto que reflitam os riscos específicos.</p> <p>Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos caixa futuros e suas premissas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, as quais incluem a estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, os índices que reajustam as tarifas, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos, bem como à complexidade do processo, a qual requer um grau significativo de julgamento para determinação dessa estimativa contábil, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <p>Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas pela Companhia na mensuração do valor recuperável dos ativos não financeiros, comparando as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuando a análise de sensibilidade no que tange às premissas utilizadas.</p> <p>Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes, nomeadamente quanto às premissas e julgamentos utilizados no teste do valor recuperável de seus ativos.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são o valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão, assim com as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

Contingências passivas

Veja as Notas explicativas 2(i) e 1.2 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia é parte em determinados processos, movidos pela Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro, Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro e Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, as quais questionam suposto sobrepreço nas obras de implantação da Ligação Transolímpica, objeto do contrato de concessão no 038/2012.</p> <p>A Companhia, com o suporte e avaliação de seus assessores jurídicos, determina a probabilidade de perda e os valores envolvidos para cada processo e registra na contabilidade uma provisão quando os critérios para o reconhecimento são atendidos e divulga aquelas com classificação de risco possível (passivo contingente).</p> <p>A determinação do prognóstico de perda e da estimativa dos valores envolvidos nos referidos processos, é suportada pelo uso de julgamento da Companhia e seus assessores jurídicos, bem como pela avaliação da natureza das ações e dos elementos do processo.</p> <p>Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia e seus assessores jurídicos para exercer esse julgamento significativo, podem impactar os montantes reconhecidos e divulgados nas demonstrações financeiras.</p> <p>Em função do referido acima, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <p>Envio de cartas de confirmação de posição de contingências ao advogado externo na data-base de 31 de dezembro de 2020 e realizamos o confronto entre o relatório de contingências preparado pela Companhia e a resposta das cartas de confirmação.</p> <p>Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas forenses e de avaliação patrimonial, dos trabalhos efetuados pelos especialistas contratados pela Companhia para verificar se os fatos alegados pelas autoridades municipais ocorreram.</p> <p>Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes, especialmente informações sobre a natureza e exposição relativos à tais processos.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as divulgações relacionadas aos referidos processos são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja as notas explicativas 2(m) e 8 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas por seu plano de negócios.</p> <p>Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e complexidade inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que se baseia em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas em tributos diretos, efetuamos o recálculo matemático da apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos e avaliamos se as adições e exclusões estão de acordo a legislação tributária.</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos o recálculo matemático das projeções dos lucros tributáveis futuros para a realização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados e avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, bem como comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas utilizadas.</p> <p>Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes, especialmente quanto ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos e as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-2

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	44.184	3.424	Debêntures	12	42.191	36.711
Aplicações financeiras	6	862	95.432	Fornecedores		4.047	4.068
Contas a receber	7	5.420	5.473	Contas a pagar - partes relacionadas	9	445	324
Contas a receber - partes relacionadas	9	2	-	Impostos e contribuições a recolher		1.370	1.509
Tributos a recuperar		522	749	Obrigações sociais e trabalhistas		2.802	2.698
Seguros a apropriar		424	428	Outras contas a pagar		220	62
Despesas antecipadas e outros		350	274				
Adiantamento a fornecedores		-	126	Total do passivo circulante		51.075	45.372
Total do ativo circulante		51.764	105.906	Não circulante			
				Debêntures	12	554.982	585.629
Não circulante				Mútuos - partes relacionadas	9	234.258	282.949
Realizável a longo prazo				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	13	-	68
Impostos diferidos	8b	82.405	80.201	Impostos a recolher		9.735	10.966
		82.405	80.201	Provisão de manutenção	14	9.265	6.187
				Outras contas a pagar		2	21
Imobilizado	10	29.682	31.462	Total do passivo não circulante		808.242	885.820
Intangível	11	809.705	835.400				
Intangível em construção	11	6.187	3.548	Patrimônio líquido			
				Capital social	15a	283.191	283.191
Total do ativo não circulante		927.979	950.611	Prejuízos acumulados		(162.765)	(157.866)
						120.426	125.325
Total do ativo		979.743	1.056.517	Total do passivo e patrimônio líquido		979.743	1.056.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstrações do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	16	122.153	143.124
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(4.273)	(3.108)
Serviços		(7.988)	(8.186)
Depreciação e amortização	10 e 11	(31.345)	(29.949)
Custo com pessoal		(10.144)	(10.247)
Provisão de manutenção	14	(2.595)	(2.425)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.714)	(1.336)
Outros		(3.990)	(3.694)
		<u>(62.049)</u>	<u>(58.945)</u>
Lucro bruto		<u>60.104</u>	<u>84.179</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(4.673)	(4.053)
Serviços		(7.515)	(5.884)
Materiais, equipamentos e veículos		(346)	(295)
Depreciação e amortização	10 e 11	(429)	(482)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(243)	(192)
Provisão para perda esperada - Contas a receber		(137)	2
Água, luz, telefone, internet e gás		(895)	(978)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(161)	(221)
Outros		(539)	(1.004)
		<u>(14.938)</u>	<u>(13.107)</u>
Outros resultados operacionais		<u>368</u>	<u>323</u>
Resultado antes do resultado financeiro		45.534	71.395
Resultado financeiro	17	<u>(52.637)</u>	<u>(77.547)</u>
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(7.103)	(6.152)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8a	2.204	2.124
Prejuízo líquido do exercício		(4.899)	(4.028)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(*Em milhares de Reais*)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo líquido do exercício	(4.899)	(4.028)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(4.899)</u>	<u>(4.028)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social Integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2019	283.191	(153.838)	129.353
Prejuízo do exercício	-	(4.028)	(4.028)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>283.191</u>	<u>(157.866)</u>	<u>125.325</u>
Prejuízo do exercício	-	(4.899)	(4.899)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>283.191</u>	<u>(162.765)</u>	<u>120.426</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(4.899)	(4.028)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.204)	(2.124)
Depreciação e amortização	31.774	30.431
Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	101	367
Juros sobre debêntures	36.492	56.958
Capitalização de custo de empréstimos	(531)	(616)
Constituição da provisão de manutenção	2.595	2.425
Ajuste a valor presente provisão de manutenção	483	330
Constituição da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	78	20
Provisão para perda esperada - contas a receber	137	(2)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	17.480	24.139
Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	(1)	-
Atualização monetária para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	1	1
	86.405	111.929
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(84)	(363)
Contas a receber - partes relacionadas	(2)	-
Tributos a recuperar	227	(380)
Seguros a apropriar, despesas antecipadas e outros	(72)	3.181
Adiantamento a fornecedores	126	38
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(20)	1.788
Contas a pagar - partes relacionadas	121	(6.466)
Impostos e contribuições a recolher	62	3.583
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(41)	-
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(147)	(22)
Obrigações sociais e trabalhistas	104	(951)
Outras contas a pagar	139	(408)
	81.919	107.901
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	81.919	107.901
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.173)	(4.034)
Aquisição de ativo intangível	(4.304)	(3.202)
Outros de Intangível	969	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate	94.570	(45.042)
	88.062	(52.278)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos	88.062	(52.278)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Resgates / aplicações (conta reserva)	-	13
Debêntures:		
Pagamentos de principal	(18.291)	(6.200)
Pagamentos de juros	(43.368)	(56.745)
Mútuos com partes relacionadas:		
Pagamentos de principal e juros	(67.562)	-
	(129.221)	(62.932)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(129.221)	(62.932)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	40.760	(7.309)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.424	10.733
No final do exercício	44.184	3.424
	40.760	(7.309)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua Euzébio de Almeida, 2500, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas atividades em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

A Companhia tem como objetivo a implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias da Ligação Transolímpica (“Concessão”). O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrido em 20 de abril de 2012.

O contrato de concessão tem como objeto principal a implantação de um trecho da Ligação Transolímpica, via expressa ligando a Avenida Brasil, no Bairro Magalhães Bastos, e estendendo-se até a Estrada dos Bandeirantes, em seu entroncamento com a Avenida Salvador Allende, no Bairro Curicica, incluindo seus acessos, faixas de domínio, edificações, terrenos e benfeitorias. A Ligação Transolímpica foi oficialmente inaugurada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (“PCRJ”) em 09 de julho de 2016 e sua utilização, conforme determinação da PCRJ, foi exclusiva da família olímpica e seus veículos credenciados durante o período dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Em 29 de agosto de 2016, a ViaRio iniciou a operação comercial da Ligação Transolímpica. No dia 15 de fevereiro de 2018, a Concessionária ViaRio iniciou a cobrança do pedágio nas cabines das alças de acesso na Estrada do Rio Grande, em Boiuna, Jacarepaguá.

1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes na Companhia.

A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 31 de dezembro de 2020, verificou o seguinte resultado do levantamento referente ao tráfego da rodovia, na forma de veículos equivalentes:

Veículos Equivalentes					
12/mar/2020 a 31/dez/2020			01/jan/2020 a 31/dez/2020		
x			x		
12/mar/2019 a 31/dez/2019			01/jan/2019 a 31/dez/2019		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
-19,9%	-20,2%	-19,9%	-16,3%	-17,0%	-16,3%

A Controladora em conjunto (CCR S.A.) instalou comitê de crise, conforme divulgado no Fato Relevante de 18 de março de 2020, para avaliar o impacto da pandemia sobre seus negócios e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas demonstrações financeiras:

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Avaliação de continuidade operacional

- Atualmente, revisamos e elaboramos mensalmente (semanalmente no início da quarentena e depois quinzenalmente) cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Em tais cenários, não se identificou problemas relacionados à liquidez ou à quebra de *covenants* da Companhia.

A Companhia possui contratos financeiros, como debêntures, que possuem cláusulas de *covenants*. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

- O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. A Companhia não possui exposição cambial importante.

Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas, abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas:

- Contenção de despesas.
- Adoção da MP 936/2020, com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte colaboradores do grupo de liderados. Em 31 de dezembro de 2020, não há mais contratos suspensos, tampouco redução de salários.

Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sob o ponto de vista regulatório nacional, a Companhia entende que o seu contrato de concessão está resguardado por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos.

A Companhia obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções do contrato de concessão acima mencionado e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior.

Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde conclui pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia.

Sendo assim, a Companhia avalia que o contrato será reequilibrado pelos efeitos advindos da pandemia e tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Avaliação de ativos financeiros

Não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado a realização de contas a receber.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita, até o momento, que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

1.2. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente:

Foram instaurados e estão em andamento no âmbito dos órgãos municipais os seguintes processos administrativos relativos à realização dos investimentos de implantação previstos no contrato de concessão:

i. Processo Administrativo nº 06/370.645/2011 (Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro)

Em 5 de junho de 2020, a ViaRio recebeu notificação da Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro (SMTR) para, no prazo de 10 dias, apresentar defesa prévia a respeito de suposto sobrepreço de R\$ 1.049.116, apontado no valor das obras da implantação da Ligação Transolímpica, objeto do contrato de concessão nº 038/2012. Em 28 de julho de 2020, foi apresentada a defesa prévia, na qual a ViaRio apontou a consumação da decadência, violação aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal e, ademais, aponta a indevida desconsideração de instrumentos jurídicos validamente constituídos, a existência de graves falhas técnicas na reorçamentação proposta pelas autoridades municipais, bem como a contrariedade aos princípios de boa-fé objetiva, moralidade, segurança jurídica, e o desrespeito a disposições contratuais e editalícias expressas na redefinição do valor das obras vários anos após a sua conclusão. Em 22 de fevereiro de 2021, foi apresentada a prova pericial de engenharia. Aguarda-se apreciação e encerramento da fase instrutória no processo administrativo e posterior apresentação de alegações finais.

ii. Processo Administrativo de Responsabilização nº 02/2020 (Controladoria Geral do Município)

Em 23 de setembro de 2020, a ViaRio recebeu a notificação acerca da instauração do Processo Administrativo de Responsabilização PAR/CGM nº 02/2020 relativamente aos fatos tratados no Processo Administrativo nº 06/370.645/2011, com notificação para a apresentação de defesa escrita. Após requerimento formulado pela concessionária, foi concedida a dilação de prazo, para que o mesmo se iniciasse após a concessão das cópias do processo administrativo e a defesa foi apresentada em 29 de outubro de 2020. Em 5 de setembro de 2020, foi proferido despacho informando a conclusão da instrução, e notificando a ViaRio a apresentar alegações finais em 15 (quinze) dias.

Em face da decisão que decretou o encerramento da instrução processual foi interposto o Mandado de Segurança nº 0269876-55.2020.8.19.0001 perante a 14ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro. Após a concessão da liminar foi proferida a sentença em 24 de novembro de 2020 para suspender a decisão que declarou encerrada a fase instrutória do PAR, assegurando à ViaRio o direito de apresentar prova pericial de engenharia até dia 22 de fevereiro de 2021. Em 22 de fevereiro de 2021, foi apresentada a prova pericial de engenharia. Aguarda-se apreciação e encerramento da fase instrutória no processo administrativo e posterior apresentação de alegações finais. A Procuradoria do Município foi intimada em 10 de janeiro de 2021. Aguarda-se a eventual interposição do recurso de apelação por parte da Municipalidade.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii. Processo nº 40/100615/2020 (Tribunal de Contas do Município)

Em 23 de setembro de 2020, a ViaRio recebeu a notificação do Tribunal de Contas do Município para se manifestar acerca dos fatos apresentados na Representação formulada pela Controladoria Geral do Município acerca dos fatos tratados no Processo Administrativo nº 06/370.645/2011. O processo foi convertido em diligência e, em 15 de outubro de 2020, a ViaRio apresentou sua manifestação em atendimento à notificação. Os órgãos municipais diligenciados também apresentaram ao TCM as informações e documentações solicitadas. Em retorno à diligência sobreveio a promoção da 2ª Inspetoria Geral de Controle Externo, de 10 de dezembro de 2020, pela improcedência da representação, sugerindo posterior arquivamento. Em 11 de dezembro de 2020, a Inspetoria Geral manifestou concordância com a proposta de improcedência da representação. A Procuradoria Especial opinou em 21 de janeiro de 2021 pela improcedência da representação. Em 07 de maio de 2021 foi concluída a sessão virtual de julgamento no Tribunal de Contas do Município, pela improcedência da Representação. Aguarda-se o prosseguimento do processo.

iv. Processo nº 0189152-64.2020.8.19.0001 – Ação Popular – nulidade do contrato de concessão

Trata-se de Ação Popular distribuída em 30 de setembro de 2020, em face do Município do Rio de Janeiro e da ViaRio, objetivando a decretação da nulidade do contrato de concessão nº 38/2012 e de seus termos aditivos, bem como a condenação da ViaRio à reparação de suposto dano ao Erário. Em 30 de novembro de 2020, a ViaRio foi citada, tendo apresentado a sua contestação em 1º de fevereiro de 2021. Em 30 de março de 2021, a ViaRio se manifestou no sentido de não possuir provas a produzir. Aguarda-se decisão saneadora do processo.

Em face dos casos relatados nos itens “i” e “ii” e “iii” acima, além das manifestações jurídicas apresentadas no âmbito de cada processo, a ViaRio em conjunto com a área de Compliance da CCR, realizaram verificação interna com o suporte de empresa especializada em trabalhos *forensic* e empresa especializada em engenharia e adotou procedimentos para verificar se ocorreram os fatos alegados pelas autoridades municipais. Os trabalhos foram concluídos, e não foram identificados quaisquer fatos e/ou indícios que substanciassem as referidas alegações.

Os acionistas e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “n”.

Os ativos em fase de construção são classificados como intangível em construção.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) *Receitas e despesas financeiras*

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre instrumentos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) *Benefícios a empregados*

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

o) **Arrendamento** mercantil

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamento de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

p) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia revisou as novas normas descritas a seguir que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 e concluiu que não houve impacto nas demonstrações financeiras.

Definição de negócio – Alterações ao CPC 15

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.

As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares.

Definição de Materialidade - Alterações ao CPC 26 e CPC 23

Altera a definição de “material” estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 08 e CPC 40

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos – Alterações ao CPC 06 (R2)

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando o CPC 06 (R2) como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

q) *Novas normas ainda não efetivas*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2020.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 - alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06;
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27;
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15; e
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 13 de maio de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

2n	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
8b	Impostos diferidos
11	Amortização dos ativos intangíveis
13	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
14	Provisão de manutenção
18	Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos as debêntures, aplicações financeiras e mútuos. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9, 12 e 18.

As tarifas da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Debêntures (a)	61.034	79.829	95.769	108.147	378.663
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	-	395.084
Fornecedores e outras contas a pagar	4.267	2	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	365	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	926	1.061
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	43.258	2.363
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>44.184</u>	<u>3.424</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	862	95.432
Total - Circulante	862	95.432
Total - Aplicações financeiras	<u>862</u>	<u>95.432</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 86,29% do CDI, equivalente a 2,39% a.a. (96,13% do CDI, equivalente a 5,71% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2019).

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	147	63
Pedágio eletrônico (b)	<u>5.413</u>	<u>5.413</u>
	5.560	5.476
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(140)</u>	<u>(3)</u>
	<u><u>5.420</u></u>	<u><u>5.473</u></u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Créditos a vencer	5.420	5.470
Créditos vencidos até 60 dias	-	3
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	40	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>100</u>	<u>3</u>
	<u><u>5.560</u></u>	<u><u>5.476</u></u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassados à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A Provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(7.103)	(6.152)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	2.415	2.092
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(73)	(82)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(138)	115
Outros ajustes tributários	<u>-</u>	<u>(1)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>2.204</u>	<u>2.124</u>
Impostos diferidos	<u>2.204</u>	<u>2.124</u>
	<u>2.204</u>	<u>2.124</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>31,03%</u>	<u>34,53%</u>

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2019</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Saldo em 2020</u>		
			<u>Valor Líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>	<u>Passivo fiscal diferido</u>
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	126.740	2.335	129.075	129.075	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	415	(123)	292	292	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	1	47	48	48	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	23	(23)	-	-	-
Provisão de manutenção	2.104	1.046	3.150	3.150	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(49.207)	(1.102)	(50.309)	2.316	(52.625)
Outros	125	24	149	149	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	<u>80.201</u>	<u>2.204</u>	<u>82.405</u>	<u>135.030</u>	<u>(52.625)</u>
Compensação de imposto	-	-	-	(52.625)	52.625
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>80.201</u>	<u>2.204</u>	<u>82.405</u>	<u>82.405</u>	<u>-</u>

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	Reconhecido no resultado	Saldo em 2019		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	123.132	3.608	126.740	126.740	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	573	(158)	415	415	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	2	(1)	1	1	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	23	-	23	23	-
Provisão de manutenção	1.167	937	2.104	2.104	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(46.945)	(2.262)	(49.207)	5.789	(54.996)
Provisão para Fornecedores	117	(117)	-	-	-
Outros	8	117	125	125	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	78.077	2.124	80.201	135.197	(54.996)
Compensação de imposto	-	-	-	(54.996)	54.996
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	78.077	2.124	80.201	80.201	-

- (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	2020
2021	2.508
2022	4.115
2023	6.553
2024	7.905
de 2025 em diante	107.994
	<u>129.075</u>

- (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por custos de empréstimos capitalizados.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios de 2020 e 2019, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações		Saldos		
	2020		2020		
			Ativo	Passivo	
	Despesas / custos com serviços prestados	Despesas financeiras	Contas a Receber	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
Controladoras em conjunto					
CCR S.A.	1.893 (a)	11.652 (b)	-	156.147 (b)	148 (a)
Invepar	-	5.828 (b)	-	78.111 (b)	-
Outras partes relacionadas					
CIIS	-	-	-	-	78 (d)
Barcas	-	-	-	-	50 (d)
MSVias	-	-	2 (d)	-	-
CPC	2.158 (c)	-	-	-	169 (c)
Total	4.051	17.480	2	234.258	445

	Transações		Saldos		
	2019		2019		
				Passivo	
	Despesas / custos com serviços prestados	Despesas financeiras	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar	
Controladoras em conjunto					
CCR S.A.	1.816 (a)	16.091 (b)	188.604 (b)	142 (a)	
Invepar	-	8.048 (b)	94.345 (b)	-	
Outras partes relacionadas					
CPC	2.069 (c)	-	-	162 (c)	
Barcas	-	-	-	20 (d)	
Total	3.885	24.139	282.949	324	

Despesas com profissionais chave da Administração

	2020	2019
Remuneração (e):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	801	793
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	268	261
Reversão de PPR do ano anterior pago no ano	(57)	-
Previdência privada	47	38
Seguro de vida	2	2
	1.061	1.094

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração dos administradores (e)	328	282

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2020, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia no montante de R\$ 1.400, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- b) Contratos de mútuo, sendo 2 remunerados a 130% do CDI e 6 remunerados a TR + 9,89% a.a., todos com vencimento em 16 de janeiro de 2034 e mais 1 contrato remunerado a CDI + 2,90% a.a., com vencimento em 1º de junho de 2028;
- c) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de suporte e manutenção de tecnologia da informação, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo o vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento; e
- e) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	<u>2019</u>		<u>2020</u>		
		<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (a)</u>	<u>Saldo final</u>
Valor de custo						
Móveis e utensílios		747	-	(32)	8	723
Máquinas e equipamentos		31.336	-	(172)	(2.793)	28.371
Veículos		3.775	-	(121)	2.032	5.686
Instalações e edificações		436	-	-	-	436
Sistemas operacionais		5.623	-	(4)	4.324	9.943
Imobilizações em andamento		4.616	3.391	-	(2.885)	5.122
Total custo		<u>46.533</u>	<u>3.391</u>	<u>(329)</u>	<u>686</u>	<u>50.281</u>
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(384)	(117)	19	3	(479)
Máquinas e equipamentos	10	(9.656)	(3.121)	85	1.192	(11.500)
Veículos	20	(2.930)	(725)	121	(726)	(4.260)
Instalações e edificações	(b)	(436)	-	-	-	(436)
Sistemas operacionais	11	(1.665)	(847)	4	(1.416)	(3.924)
Total depreciação		<u>(15.071)</u>	<u>(4.810)</u>	<u>229</u>	<u>(947)</u>	<u>(20.599)</u>
Total geral		<u>31.462</u>	<u>(1.419)</u>	<u>(100)</u>	<u>(261)</u>	<u>29.682</u>

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual de depreciação %	2018		2019		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		1.105	-	(367)	9	747
Máquinas e equipamentos		31.210	-	-	126	31.336
Veículos		3.521	-	-	254	3.775
Instalações e edificações		436	-	-	-	436
Sistemas operacionais		5.378	-	-	245	5.623
Imobilizações em andamento		3.158	4.384	-	(2.926)	4.616
Total custo		44.808	4.384	(367)	(2.292)	46.533
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(269)	(115)	-	-	(384)
Máquinas e equipamentos	10	(6.467)	(3.189)	-	-	(9.656)
Veículos	23	(2.063)	(867)	-	-	(2.930)
Instalações e edificações	(b)	(436)	-	-	-	(436)
Sistemas operacionais	12	(1.049)	(616)	-	-	(1.665)
Total depreciação		(10.284)	(4.787)	-	-	(15.071)
Total geral		34.524	(403)	(367)	(2.292)	31.462

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e
(b) Bens totalmente depreciados.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 218 em 2020 (R\$ 350 em 2019). A taxa média de capitalização em 2020 foi de 5,82 % a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 8,56% a.a. em 2019.

11. Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	2019		2020		
		Saldo inicial	Adições	Baixa	Transferências	
					(a)	Outros (c)
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		906.707	-	-	1.537	908.244
Direitos de uso de sistemas informatizados		3.969	-	-	(1.032)	2.937
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		307	44	(1)	(224)	126
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		2.014	-	-	-	2.014
Intangível		912.997	44	(1)	281	913.321
Intangível em construção		3.548	4.573	-	(965)	6.187
Total custo		916.545	4.617	(1)	(684)	919.508
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(74.636)	(26.077)	-	(1)	(100.714)
Direitos de uso de sistemas informatizados	19	(2.793)	(484)	-	946	(2.331)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(168)	(403)	-	-	(571)
Total amortização		(77.597)	(26.964)	-	945	(103.616)
Total geral		838.948	(22.347)	(1)	261	815.892

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual de amortização %	2018		2019	
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo					
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		903.204	-	3.503	906.707
Direitos de uso de sistemas informatizados		3.896	-	73	3.969
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	102	205	307
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		-	-	2.014	2.014
Intangível		907.100	102	5.795	912.997
Intangível em construção		3.685	3.366	(3.503)	3.548
Total custo		910.785	3.468	2.292	916.545
Valor de amortização					
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(49.661)	(24.975)	-	(74.636)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(2.292)	(501)	-	(2.793)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	0	(168)	-	(168)
Total amortização		(51.953)	(25.644)	-	(77.597)
Total geral		858.832	(22.176)	2.292	838.948

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e
 (b) Amortização pela curva de benefício econômico;
 (c) Refere-se a baixa do intangível relacionado ao sinistro de queda parcial de talude.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 313 em 2020 (R\$ 266 em 2019). A taxa média de capitalização em 2020 foi de 5,82 % a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 8,56% a.a. em 2019.

12. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2020	Vencimento final	2020	2019
1. 7ª Emissão - Série Única	CDI + 2,90% a.a.	3,3425% (a)	16.359	9.879	Fevereiro de 2028	597.173	622.340 (b)
				9.879		597.173	622.340
Circulante							
Debêntures						44.403	38.962
Custos de transação						(2.212)	(2.251)
						42.191	36.711
Não Circulante							
Debêntures						562.649	595.509
Custos de transação						(7.667)	(9.880)
						554.982	585.629

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantias:

- (b) Fiança corporativa proporcional das acionistas.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2020
2022	53.329
2023	72.213
2024	88.374
2025 em diante	348.733
Total	<u>562.649</u>

A seguir especificamos as principais condições e garantias vinculadas ao contrato de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde a operação está detalhada. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 20 de fevereiro de 2018 foi realizada a 7ª emissão de debêntures, em 1 série, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória prestada pelas acionistas.

A 7ª emissão tem valor de R\$ 620.000 e remuneração de CDI + 2,90% a.a., vencimento em 05 de fevereiro de 2028, pagamento de juros semestral e pagamento de principal semestral de acordo com a curva apresentada na escritura de emissão.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a partir de 05 de fevereiro de 2020, a critério da emissora, com incidência de prêmio apresentado na escritura de emissão.

As Debêntures desta Emissão farão jus aos Juros Remuneratórios durante o período de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, sendo que em 5 de fevereiro de 2023 ("Data da Repactuação") os juros remuneratórios e os prêmios que deverão ser pagos sobre os valores objeto de Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária Facultativa originalmente previstos no contrato de debêntures deverão ser repactuados pela Emissora. As novas condições de remuneração das Debêntures, que vigorarão no período que se iniciará na Data da Repactuação e se encerrará na Data do Vencimento, na data do resgate da totalidade das Debêntures ou na data de eventual vencimento antecipado das Debêntures, se for o caso, serão deliberadas e aprovadas em RCA da Emissora.

Caso os debenturistas não aceitem as condições de repactuação fixada pela emissora, a emissora terá a obrigação de recomprar as debêntures. Caso a emissora não envie as novas condições de remuneração no prazo determinado, deverá adquirir a totalidade das Debêntures na data de repactuação.

Entre as principais cláusulas de restrição a emissora não poderá distribuir dividendos, ressalvado os dividendos mínimos obrigatórios, não poderá contratar dívidas adicionais acima de R\$ 10.000 e não poderá reduzir capital.

Após a verificação do Valor Mínimo Mensal da Conta Reserva Dívida, todos os recursos excedentes na Conta Reserva Dívida serão transferidos para a Conta Operação até o limite anual de R\$ 20.000 ("Valor Livre Anual"), observado que após as transferências para a Conta Operação do Valor Livre Anual, os recursos depositados na Conta Reserva Dívida serão utilizados conforme a seguinte ordem de prioridade: (i) realização anual, de Amortização Extraordinária Obrigatória, nos termos da Escritura de Emissão e (ii) composição do Valor Mínimo Mensal da Conta Reserva Dívida do mês subsequente.

A debênture contará com as seguintes garantias:

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) **Alienação fiduciária** da totalidade de ações de emissão da emissora de titularidade das acionistas;
- (ii) **Cessão fiduciária**, sobre todos os direitos emergentes da Concessão, incluindo, mas sem limitação, eventuais indenizações e todos e quaisquer valores que, efetiva ou parcialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à emissora, em caso de encampação, caducidade e extinção da Concessão, de acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, assim como a cessão fiduciária sobre as contas em que tais direitos deverão ser depositados;
- (iii) **Garantia Fidejussória**: Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, as acionistas prestam garantia fidejussória em favor dos Debenturistas, de forma não solidária, considerando sua a proporção no capital social da emissora;
- (iv) **Obrigação de aportes adicionais**: Caso não seja verificado o devido preenchimento da Conta Reserva Dívida, conforme estabelecido na Escritura de Emissão, as acionistas deverão realizar aporte de capital na emissora mediante realização de Mútuo Subordinado, aumento de capital social ou adiantamento para futuro aumento de capital em valor equivalente ao valor necessário para que a Conta Reserva Dívida seja preenchida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreu pagamento de principal no valor de R\$ 18.291 e pagamento de juros no valor de R\$ 43.368 conforme as cláusulas do contrato. Não ocorreram novas captações ou liquidações de debêntures.

13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2019		2020		Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos		
Não circulante						
Cíveis	-	14	-	(14)	-	-
Trabalhistas e previdenciários	68	126	(62)	(133)	1	-
	68	140	(62)	(147)	1	-

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2020	2019
Cíveis	-	7
	-	7

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão de manutenção

	2019		2020	
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Saldo final
Não circulante	6.187	2.595	483	9.265
	6.187	2.595	483	9.265

As taxas anuais de 2020 e 2019, para o cálculo do valor presente, são de 6,49% a.a. e 6,60% a.a., respectivamente.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 283.191, composto por 361.637.226 ações ordinárias, assim distribuídas:

Acionistas	Participação acionária	2020		2019	
		Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado	Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	33,34%	120.569.852	94.415	120.569.852	94.415
CCR S.A.	66,66%	241.067.374	188.776	241.067.374	188.776
Total		361.637.226	283.191	361.637.226	283.191

16. Receitas operacionais

	2020	2019
Receitas de pedágio	128.603	152.679
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	4.273	3.108
Receitas acessórias	827	673
Receita bruta	133.703	156.460
Impostos sobre receitas	(11.256)	(13.332)
Abatimentos	(294)	(4)
Deduções das receitas brutas	(11.550)	(13.336)
Receita líquida	122.153	143.124

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre debêntures	(36.492)	(56.958)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(17.480)	(24.139)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(483)	(330)
Capitalização de custos dos empréstimos	531	616
Outras despesas financeiras	(444)	(466)
	<u>(54.368)</u>	<u>(81.277)</u>
Receitas Financeiras		
Variações cambiais s/fornecedores estrangeiros	1	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.709	3.715
Juros e outras receitas financeiras	21	15
	<u>1.731</u>	<u>3.730</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(52.637)</u>	<u>(77.547)</u>

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora em conjunto CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020			2019		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	926	-	-	1.061	-	-
Aplicações financeiras	44.120	-	-	97.795	-	-
Contas a receber	-	5.420	-	-	5.473	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	2	-	-	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(597.173)	-	-	(622.340)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(4.269)	-	-	(4.129)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(234.258)	-	-	(282.949)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(445)	-	-	(324)
Total	45.046	5.422	(836.145)	98.856	5.473	(909.742)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2).
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar - partes relacionadas e mútuos – partes relacionadas** – Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações exceto mútuos – partes relacionadas os quais se tratam de instrumentos financeiros intragrupo, com características exclusivas.
- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	607.052	670.041	634.471	709.908

- Valores contábeis estão brutos dos custos de transação.
- Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	2020	2019
Nível 2:		
Aplicações financeiras	44.120	97.795

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo está demonstrado o valor resultante dos juros sobre os instrumentos financeiros com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ^{(3) (4)}	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 7ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Fevereiro de 2028	607.052	(29.353)	(32.308)	(35.263)
Aplicação financeira (Itaú Soberano) ⁽⁵⁾	CDI ⁽²⁾		20.805	352	440	528
Aplicação financeira (Santander Soberano) ⁽⁵⁾	CDI ⁽²⁾		23.315	371	463	556
Mútuo ViaRio x CCR	CDI ⁽²⁾	Janeiro de 2034	228.310	(5.296)	(6.111)	(6.926)
Mútuo ViaRio x Invepar	CDI ⁽²⁾	Janeiro de 2034	86.828	(2.650)	(3.058)	(3.466)
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(36.576)</u>	<u>(40.574)</u>	<u>(44.571)</u>
Efeito sobre as debêntures				(29.353)	(32.308)	(35.263)
Efeito sobre as aplicações financeiras				723	903	1.084
Efeito sobre os Mútuos				<u>(7.946)</u>	<u>(9.169)</u>	<u>(10.392)</u>
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(36.576)</u>	<u>(40.574)</u>	<u>(44.571)</u>

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	1,90%	2,38%	2,85%
--------------------	-------	-------	-------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2020, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI); e

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

19. Demonstração do fluxo de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Impostos e contribuições a recolher	(1.391)	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(1.391)</u>	<u>-</u>
Mútuos - partes relacionadas	1.391	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	<u>1.391</u>	<u>-</u>

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Mútuos com partes relacionadas</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(622.340)	(282.949)	(905.289)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamentos de principal e juros	61.659	67.562	129.221
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	61.659	67.562	129.221
Outras variações			
Despesas com juros e variação monetária	(36.492)	(17.480)	(53.972)
Impostos e contribuições	-	(1.391)	(1.391)
Total das outras variações	(36.492)	(18.871)	(55.363)
Saldo Final	<u>(597.173)</u>	<u>(234.258)</u>	<u>(831.431)</u>

20. Evento subsequente

• **Coronavírus**

Conforme Comunicados ao Mercado divulgados semanalmente pela Controladora em conjunto CCR S.A., verificou-se no período de 1º de abril a 06 de maio de 2021, e no período de 1º de janeiro a 06 de maio de 2021, em comparação com os mesmos períodos do ano anterior, os seguintes efeitos na demanda:

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Veículos Equivalentes		
01/jan/2021 a 06/mai/2021		
x		
01/jan/2020 a 06/mai/2020		
Passeio	Comercial	Total
14,2%	-2,9%	12,7%

Receita líquida de receita de construção

01/01/2021 a	01/01/2020 a	
30/04/2021	30/04/2020	% Var.
43.183	37.152	16%

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente do Conselho
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro
Marcus Vinicius Figur da Rosa	Conselheiro

Composição da Diretoria

João Daniel Marques da Silva	Diretor Presidente
Flávio da Costa Vaz	Diretor Administrativo Financeiro

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC/SP 1SP129452/O-3 S/RJ